

Análise das Interações da Audiência Pública da CDH sobre o Uso do FGTS como Garantia de Crédito – 10/07/2025 – Gerado por IA

Este resumo apresenta uma visão geral das **74 participações de cidadãos** registradas na audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em 10 de julho de 2025. O objetivo é consolidar as principais preocupações, críticas e sugestões do público sobre o uso do FGTS como garantia de crédito dos trabalhadores e na política de moradia, a fim de subsidiar a análise dos parlamentares.

O conteúdo foi gerado por inteligência artificial com base nas interações dos cidadãos neste evento. Ele apresenta uma análise automatizada das principais opiniões, preocupações e temas debatidos, buscando oferecer um panorama geral das discussões.

Ressaltamos que, embora tenha passado por revisão humana, este relatório pode conter imprecisões ou interpretações que não reflitam integralmente o contexto das interações. Caso identifique informações que necessitem de correção ou ajuste, pedimos que entre em contato pelo [Fale Conosco](#).

Este documento não representa posicionamento oficial e não substitui análises detalhadas realizadas por especialistas.

Total de participações: 74

Temas principais:

1. **Risco de Endividamento e Descaracterização do FGTS (47%):** Quase metade das interações expressa forte receio de que a medida incentive o superendividamento, desvie o FGTS de sua finalidade original (proteção contra desemprego e fomento à moradia) e aumente a vulnerabilidade do trabalhador. Os cidadãos veem a proposta como uma solução de curto prazo que pode gerar problemas financeiros graves no futuro.

***Exemplo:** "O saque aniversário não deveria existir. Só deixa a pessoa mais endividada, e na sua grande maioria não entendem como funciona." (Daniel M. - MG)*

2. **Críticas ao Sistema e Defesa da Autonomia do Trabalhador (31%):** Uma parcela significativa dos comentários critica a própria estrutura do FGTS e a intermediação financeira. A ideia de pagar juros sobre o próprio dinheiro é vista como absurda. Há um forte apelo para que o trabalhador tenha total liberdade e autonomia para sacar e gerir seus recursos, sem a necessidade de recorrer a empréstimos ou de se submeter às regras impostas pelo governo e pelos bancos.

***Exemplo:** "Eu acho que é o fim da picada e da falta de vergonha, usar o dinheiro do trabalhador, para emprestar ao trabalhador, cobrando juros altos." (Rubem S. - RS)*

3. **Demandas por Regulação, Transparência e Proteção (18%):** Este grupo de participantes foca na necessidade de criar mecanismos de proteção. As perguntas giram em torno de como o governo irá regular as instituições financeiras para evitar juros abusivos, garantir transparência sobre os riscos envolvidos e educar os trabalhadores para que tomem decisões conscientes, evitando que a medida se torne uma "armadilha financeira".

***Exemplo:** "Como as instituições financeiras estão sendo reguladas para evitar abusos na oferta de crédito com garantia do FGTS?" (Gabryel G. - MS)*

4. **Impacto na Política de Moradia (4%):** Embora seja uma porcentagem menor, esta preocupação é central para alguns participantes. Eles destacam que o uso do saldo do FGTS para outras finalidades de crédito elimina a única reserva que muitos trabalhadores de baixa renda possuem para dar entrada em um imóvel, comprometendo diretamente o acesso à casa própria e enfraquecendo a política habitacional do país.

Exemplo: "O FGTS é a única reserva que a população de classe baixa tem para entrada imóvel. Quando não tem esse saldo eles optam por ficar no aluguel." (Jaqueline W. - PR)

Em conclusão, as manifestações dos cidadãos revelam um posicionamento majoritariamente crítico e apreensivo em relação à proposta. Os temas centrais que emergiram foram: o elevado risco de superendividamento e a descaracterização do Fundo como uma poupança protetiva; a crítica ao modelo do FGTS, com um forte apelo por maior autonomia para o trabalhador gerir seus próprios recursos; a necessidade urgente de regulação e transparência para evitar práticas abusivas por parte das instituições financeiras; e o impacto negativo na política de moradia, ao comprometer a única reserva de muitos para a aquisição da casa própria. O sentimento geral é de desconfiança, com a percepção de que a medida pode se tornar uma armadilha financeira para os mais vulneráveis.

Todas as perguntas e comentários do público no evento estão disponíveis na página <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=34444>